

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
RELATÓRIO DE FINAL DE CURSO

ENSINAR HISTÓRIA HOJE

ANA MARIA RAMOS

Campina Grande, Outubro de 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

DISCIPLINA: PRÁTICA DE ENSINO EM HISTÓRIA DO 1º. E 2º. GRAUS

COORDENADORA DA PRÁTICA DE ENSINO: ERONIDES CÂMARA DONATO

PROFESSOR ORIENTADOR: JOSÉ BENJAMIM MONTENEGRO

PROFESSORA ESTAGIÁRIA: ANA MARIA RAMOS MAT. 961. 3275-1

RELATÓRIO DE FINAL DE CURSO

ENSINAR HISTORIA HOJE



Biblioteca Setorial do CDSA. Abril de 2024.

Sumé - PB

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIAS

Muitas pessoas contribuíram direta ou indiretamente para que eu alcançasse meus objetivos, respeitando minhas limitações e particularidades.

Sou eternamente grata a Deus, que na sua infinita bondade, ajudou-me a superar todos os obstáculos surgidos nessa longa caminhada.

Aos meus pais - minha gratidão e amor pelo apoio nas horas de desestímulos e a persistência para que continuasse e concluísse esse curso.

Aos meus filhos, Igor, Izabelle e Adilson Sobrinho que souberam compreender a minha ausência, e incentivaram-me a continuar a caminhada.

A diretora do Grupo Escolar Almira de Oliveira, Maria de Fátima Bezerra Neves, que me permitiu conciliar trabalho/escola, possibilitando minha permanência no curso.

Ao meu orientador Benjamim Montenegro, que muito contribuiu para o meu crescimento profissional.

A Eristow Guimarães Carneiro, do LABEHG, que prontamente nos atendeu com material didático/pedagógico para o estágio.

Aos amigos Nilda, Socorro Souza, Cecília, Rita, Adelândia, Tia Lia, Ionalma, Fátima Morais, Socorro Bezerra e outros que no momento não lembrei.

E por último dedico este relatório a todos que fazem parte da Escola Estadual de 1º. e 2º. graus Ademar Veloso da Silveira, em particular aos professores de História e alunos dos 2º. ano B e da 7ª. A do turno da noite.

PROLOGO

1. APRESENTAÇÃO	06
2. ENSINAR HISTÓRIA HOJE	08
3. A RIQUEZA DOS RECURSOS DIDÁTICOS	10
4. A DIFÍCIL TAREFA DE AVALIAR	16
5. PRÁTICA DE ENSINO: O DISPARATE ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	18
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
7. BIBLIOGRAFIA	21
8. ANEXO	22
9. PARECER DO ORIENTADOR	

Aprendi a vida
da vida,
O amor o aprendi de um só beijo,
e não pude ensinar a ninguém nada,
a não ser o que vivi,
o quanto tive em comum com outros homens
o que lutei com eles:
o quanto disse de todos em meu canto.”

(PABLO
NERUDA)

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho procuro relatar a experiência da Prática de Ensino e discutir algumas questões pertinentes a vida acadêmica. Este relatório se propõe a ser um instrumento no qual eu venha expor parte daquilo que assimilei, para servir de material de utilização para alunos do curso, de forma que os mesmos procurem avaliar e fazer crescer a nossa área e o nosso curso.

O relatório está dividido da seguinte forma, inicia-se com agradecimentos e dedicatórias às pessoas que contribuíram para a minha permanência no curso; posteriormente faremos uma discussão sobre o ensino de história hoje, isto é, a maneira como a disciplina é trabalhada no Brasil; logo após apresentaremos a importância dos recursos didáticos utilizados pelos professores e pelos alunos e a condução metódica do processo ensino/aprendizagem; logo depois será relatado a minha experiência na sala de aula, durante a prática de ensino, salientando os disparates existentes entre a prática e a teoria.

Enfim, este relatório tem o intuito de contribuir para uma reflexão a nível acadêmico, de forma a detectar algumas distorções e procurar solucioná-las.

“Para fazer história, virai decididamente as costas ao passado e vivei primeiro.

Misturai-vos à vida. A vida intelectual, sem dúvida em toda a sua variedade. Historiadores, sede geógrafos, sede juristas também, e sociólogos e psicólogos; não fecheis os olhos ao grande movimento que, perante vós, transforma num ritmo vertiginoso as ciências do universo físico. Mas, vivei um vida prática.

Não vos contentei em contemplar da orla, preguiçosamente o que se passa no mar em fúria. E isto é tudo? Não, é mesmo nada, se deveis continuar separando a vossa ação do vosso pensamento, a vossa vida de historiador da vossa vida de homem. Entre a ação e pensamento não há separação.” (LE FEBVRE)

ENSINAR HISTORIA HOJE

Nas últimas décadas, assiste-se “a crise de confiança” e as intermináveis queixas de que “a História corre perigo”. Apesar de ser um tanto fascinante no cinema, na televisão e em outros meios de comunicação, na escola acontece exatamente o contrário.

A disciplina não ocupa o lugar merecido, o combate já não visa alcançar um lugar para a história nas escolas e sim evitar que ela o perca.

Diante das novas tendências historiográficas e pedagógicas é urgente a revisão do ensino de História.

Um dos aspectos fundamentais nas propostas do ensino de História deveria ser o de estabelecer a relação passado/presente, aproximando os conteúdos históricos da realidade cotidiana do aluno.

O atrativo da história consiste em “injetar vida no passado morto”, aumentando no aluno a compreensão do passado.

O aluno não deve ser um mero receptor de informações prontas e definidas. Ele deve participar como construtor do seu próprio conhecimento. A pesquisa, a análise de documentos, a relação passado/presente e o debate vem nortear o seu processo de aprendizagem:

“É necessário repensar e inovar o âmbito da cadeira, pois o maior desafio do professor é tornar a disciplina mais envolvente”

O ensino tradicional era baseado num acúmulo de informações, onde a história era feita só de grandes acontecimentos ou ações isoladas de heróis. Era impossível uma relação entre o presente e o passado.

Atualmente os estudos estão voltados para as aulas mais dinâmicas, onde o professor seja um mediador das possíveis discussões em sala de aula.

O conceito de História fica mais claro, as pessoas comuns são agentes de transformações, mesmo sem se dar conta disso, nós estamos fazendo história diariamente.

Para que isso aconteça, é impossível ficar nos moldes antigos: quadro, giz, e aula expositiva, endeusando os ídolos e narrando fatos históricos. O aluno não pode ser um mero receptor de conhecimentos, até porque ele também possui conhecimento e a sala de aula é o lugar onde acontece a troca e os acréscimos a esses conhecimentos.

“A história não tem uma versão única e não é só passado.

É um carro alegre, cheio de povo contente. que atropela indiferente todo aquele que o negue.” (Milton Nascimento)

Um outro fato que torna o ensino/aprendizagem de história desprazeroso, é o discurso da classe dominante que oculta a luta de classes, mostrando-nos uma história fragmentada, baseada em personagens importantes e grandes feitos históricos, dificultando ao aluno um espaço para sentir-se inserido no processo.

Para que haja realmente um interesse pela disciplina é necessário romper com a história oficial, distorcida e sem vida, incentivando o aluno através de recursos didáticos a sentir-se agente da história.

A RIQUEZA DOS RECURSOS DIDATICOS

“Os recursos didáticos são todos os meios e recursos materiais utilizados pelo professor e pelos alunos para a organização e condução metódica do processo ensino-aprendizagem” (LIBÂNEO)

O objetivo deste capítulo é mostrar como através da boa utilização dos recursos, a aula pode se tornar mais atrativa e participativa.

Escolhemos trabalhar esta temática, deviso ao fato de termos visto na disciplina Metodologia do Ensino da História uma gama de recursos e na vida cotidiana da disciplina, muitos professores bitolarem-se apenas a textos ou livros didáticos.

Cada disciplina exige o seu material específico. Em História, os recursos mais utilizados são: o livro didático, textos, mapas, elaboração e interpretação de cronologias (linhas do tempo), observações, maquetes, entrevistas, trabalhos com quadros síntese, excursões, revistas, jornais, dramatizações, painéis temáticos, trabalhos de pesquisa, aproveitamento de notícias da atualidade, uso de fotografias, fichários, ilustrações, poemas, músicas, vídeo, projeções, cartazes etc.

Há uma classificação tradicional que distingue os recursos visuais (projeções, cartazes), os recursos auditivos (rádio, gravações) e os recursos audiovisuais (cinema, televisão). Mas, percebemos que na prática as expressões verbais, sonoras e visuais apenas se completam, e que os alunos assimilam mais o conteúdo quando essas expressões aparecem juntas.

No nosso estágio, procuramos utilizar alguns recursos didáticos, com o objetivo de dinamizar as aulas, pois percebemos que os alunos estavam desestimulados e o tempo da aula era usado para copiarem do quadro o assunto da aula, não sobrando tempo para as discussões.

Trabalhamos com a apresentação do tema da aula, sondagens sobre o assunto, questionamento e logo após, a leitura do texto como apoio ao assunto trabalhado. Na aula posterior retomávamos a esse texto para montagem de quadros síntese, onde encontramos muitas dificuldades, já que eles trabalhavam com os famosos questionários, respondidos tal qual o texto.

O conteúdo da sétima série exigia muita visualização, pois percebemos que História Antiga sem o uso de recursos audiovisuais ficaria muito abstrata. Ao trabalharmos com Fenícios, Hebreus e Persas, ampliamos gravuras de vários livros sobre o tema e montamos painéis ilustrativos. Com o uso dos mapas fomos localizando as sociedades estudadas, fazendo correlações com a atualidade. Quando estudamos o Império persa, com a expansão do império, pintamos o mapa de acordo com as legendas e os alunos assimilaram o assunto com muita facilidade.

Infelizmente, com a sétima série não foi possível usarmos o vídeo, pois as aulas tinham a duração muito pequena, e os filmes disponíveis eram de 120 minutos.

O trabalho com o segundo ano do segundo grau foi mais proveitoso, mais rentável. O conteúdo era do Processo de Independência do Brasil até o Segundo reinado (conteúdo que foi interrompido por uma greve na rede estadual de ensino). Nessa turma pudemos fazer um trabalho diferente, com aulas participativas, montamos a cronologia do tempo para entendermos o período colonial, retomamos com a vinda da Família real para o Brasil, tema discutido com maior participação, porque muitos haviam assistido "Carlota Joaquina", na série anterior, e assimilaram o assunto com facilidade.

A importância do filme como recurso didático é enorme, quando ele é usado e tem relação direta com o conteúdo a assimilação é melhor, segundo Turra temos:

"10% do que lemos, 20% do que escutamos, 30% do que vemos, 50% do que vemos e escutamos, 70% do que ouvimos e logo discutimos, 90% do que ouvimos e logo realizamos" (TURRA)

Ao trabalharmos a Constituição de 1824 e a Maioridade de D. Pedro, buscamos utilizar outras fontes como a Constituição atual, e o voto do adolescente, fazendo questionamento se o jovem estava preparado para votar ou para ser votado.

Encaixamos a esse conteúdo uma fita de vídeo, "Visão panorâmica do Brasil", que serviu como revisão de todo o período estudado.

Com o período regencial, montamos quadro síntese com a localização e as características de cada rebelião estudada, além de visualizarmos no mapa os locais dessas rebeliões.

Percebemos a empolgação dos alunos com as aulas, e nos questionamentos, porque então os professores não aproveitam essa riqueza de recursos?

É importante salientar também a comunidade como recursos, os depoimentos, fotografias, etc que são subsídios para a aula que não custarão dinheiro, já que os professores sempre riam quando chegávamos com material didático para as aulas (*não temos dinheiro para isso!*)

Retomando a questão de que a História corre perigo e tenta buscar seu lugar na escola, buscamos apresentar essa gama de recursos como inovações e soluções para a disciplina.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE ENSINO

Classificação de Wilbur Schramm (Revista Estudios y documentos de educación. Paris: UNESCO, 1963) dos novos meios de ensino, considerando a evolução e a aplicação.

	INTRODUÇÃO NAS ESCOLAS	ENSINO COLETIVO OU INDIVIDUAL	CARACTERÍSTICAS
<u>Primeira geração</u>	<i>muito antiga</i>	<i>coletivo</i>	<i>não necessitam dispositivos eletrônicos</i>
<i>1: demonstrações, explicações no quadro</i>			
<i>2: exposições, modelos, quadros, mapas, etc.</i>	<i>muito antiga</i>	<i>ambos</i>	
	<i>depois de 1450</i>	<i>individual</i>	<i>máquina no processo de informação; indústria do manual escolar (of-set)</i>
<u>Segunda geração</u>			
<i>Manuais, livros de classe, testes impressos, etc.</i>			
<u>Terceira geração</u>	<i>século XIX e XX</i>	<i>ambos</i>	<i>máquina na reprodução de textos e como substituição da vista e do ouvido</i>
<i>1. gravações</i>			
	<i>século XIX e XX</i>	<i>coletivo</i>	
<i>2. fotografias, diapositivos,</i>			

*filmes fixos,
epidiascópio, etc.*

3. rádio

*menor abstração, o
aluno vê e ouve.*

*4. filmes mudos e
sonoros*

depois de 1920

ambos

Enorme

século XX

coletivo

*5. televisão
educativa*

depois de 1950

ambos

*comunicação
estabelecida entre
homem e máquina*

Quarta geração

*1. laboratório
linguístico*

depois de 1950

ambos

*2. instrução
programada*

*3. emprego de
computadores*

muito recente

individual

muito recente

“O trabalho do professor consiste em averiguar o que é que o aluno já sabe e como raciocina, com a finalidade de formular a pergunta precisa, no momento exato, de modo que o aluno possa construir seu próprio conhecimento” (KAMII E DEVRIES)

A DIFÍCIL TAREFA DE AVALIAR

“Avaliação significa atribuir um valor a uma dimensão mensurável do comportamento em relação a um padrão de natureza social ou científica” (BRADFIELD E MOREDOCK. 1963)

Escolhemos esse tema por ser um processo de julgamento de valores, onde não só o aluno é julgado.

No nosso estágio recebemos logo a informação de que os alunos não sabiam de nada, e agora com as reformas de ensino (que dão direito a recuperação contínua), passam o período das aulas só fazendo recuperação. Constatamos que esse fato não condiz com a realidade dos alunos.

É muito difícil avaliar, e já que a avaliação é um julgamento, a subjetividade está muito presente. A avaliação geralmente acaba com a divulgação das notas e num diálogo sobre os resultados dessa avaliação.

Não há também uma descontração, uma interação entre aluno e professor; alunos ficam tensos, a prova é um mistério para eles. Na verdade, a avaliação deveria surgir com decorrência natural dentro do processo de ensino.

Procuramos no nosso estágio fazer a avaliação contínua. Mesmo com as dificuldades que encontramos como: classes com muitos alunos, uso excessivo do questionário pelos alunos para extrair daí provas, alunos faltosos etc, mas na medida em que foram sentindo-se participante do processo, acabaram se responsabilizando pela própria aula e conseqüentemente se auto-avaliando. Ao término de cada aula fazíamos uma síntese do que havíamos aprendido.

Sabemos que alguns professores usam a avaliação como arma, mesmo sendo democrático em suas aulas e bastante autoritário no processo avaliativo. Outros formulam questões incompreensíveis na intenção de confundir os alunos e demonstrar que são os donos da situação.

Tivemos muito cuidado para não criarmos pânico na avaliação, e usamos sempre a participação em sala de aula, resumos, elaboração de exercícios como pontos de participação, para assim evitar a recuperação.

O resultado foi satisfatório, a aprendizagem foi boa e as notas razoavelmente boas.

*“Não serei poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho os meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças
Entre eles considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mão dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história.
Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem
vista da janela, não distribuirei entorpecentes,
ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é minha matéria, o tempo presente,
os homens presentes,
a vida presente. (Carlos Drummond de Andrade)*

PRÁTICA DE ENSINO: O DISPARATE ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA.

“Para mim, a prática educativa de opção progressista jamais deixará de ser uma aventura, uma experiência de desocultação da verdade” (Paulo Freire)

Ao iniciarmos o Estágio Supervisionado da Prática de Ensino, após um longo e conturbado período de greve dos docentes desta universidade, sentimos que a teoria trabalhada durante todo o curso, praticamente ainda não havia chegado ao meu campo de estágio.

A Escola Estadual de 1º. e 2º. graus Ademar Veloso da Silveira (Estadual de Bodocongó), localizado no bairro de Bodocongó, nesta cidade, recebeu-me como estagiária na 7ª. série turma 'A', e no 2º. ano 'B'.

Com uma clientela bastante diversificada, a referida escola apresenta claramente todos os problemas encontrados na rede pública de ensino.

As dificuldades foram muitas, recebemos das mãos dos professores titulares da disciplina pedacinhos de papel com o conteúdo a ser trabalhado. Nas informações sobre as turmas, depoimentos estarecedores, que nos deixaram amedrontadas.

A minha estréia na 7ª. série 'A', foi um verdadeiro caos, a diretora usou a aula para tentar descobrir o autor da colocação de uma bomba caseira que destruiu o telhado de um dos banheiros masculinos.

Além dos problemas de comportamento, ficamos também sabendo que os alunos não se sentiam nem um pouco atraídos pela disciplina, que eram preguiçosos e que não adiantaria muitas inovações, como a turma anterior a nossa tinha feito.

Categoricamente, os professores titulares da disciplina queriam apenas que déssemos seqüência ao conteúdo, elaborando textos, estudos dirigidos para complementação de notas e provas.

Pelo que pudemos constatar, após uma semana de aulas, os alunos não gostavam da “mesmice” como a disciplina era trabalhada, através de quadro

negro, giz e textos. Eles queriam um espaço para questionamentos, que alguns nem quiseram usar pela falta de costume. Alguns eram desmotivados, não eram acostumados a participar; era, viciados na história factual de dados, fatos e vultos, e não se sentiam agentes da história.

Apesar da escola dispor de espaço físico, sala de vídeo (NOTA: que eles ainda não haviam usado esse ano), observamos que recursos imprescindíveis para um bom aprendizado em História como: cinema, poesia, música, peças teatrais, livros paradidáticos, etc, não eram utilizados pelos professores.

O que aprendi nas disciplinas auxiliares a Prática de Ensino, como Metodologia e Didática, nos serviram de suporte, mas creio que com a duração de trinta minutos para cada aula, ficando a primeira e a última aula com menos tempo, nos impossibilitou de fazermos um trabalho mais rendoso.

Tentamos tornar a disciplina mais agradável através de aulas expositivas dialogadas, montagem de painéis e esquemas, vídeos, documentários etc. Vimos um grande interesse em boa parte dos alunos através de questionamentos, auto avaliação etc.

Em pouco tempo de estágio eles já demonstravam grande confiança em nós estagiárias e também grande participação nas aulas, a freqüência era muito boa.

Assumimos as salas na condição de trabalharmos o bimestre inteiro, deixando a turma com as notas do terceiro bimestre prontas. Infelizmente fomos interrompidas pela greve dos docentes da rede estadual de ensino, deixando apenas a primeira nota pronta.

A experiência valeu, os professores de história deveriam se empenhar mais, usando o espaço da aula para enriquecer-se e aos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste trabalho foi mostrar um pouco de nossa experiência no estágio supervisionado.

Em nosso Estágio Supervisionado, nos primeiros contatos com a Escola, os professores da disciplina nos disseram que os alunos tinham um nível muito baixo, eram desinteressados e não estavam preocupados com a aprendizagem.

A nossa experiência com aqueles alunos foi diferente das informações recebidas. Percebemos que com a metodologia utilizada, conseguimos motivá-los um pouco, tornando-os participativos. Infelizmente fomos interrompidos pela greve.

Vale a pena ressaltar: o objetivo maior do professor de história é formar cidadãos conscientes de seus deveres e direitos.

BIBLIOGRAFIA

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Técnicas de Ensino: Por quê não?. São Paulo: Papyrus, 1995.

NEVES, Maria Aparecida Mamede. Ensinando e aprendendo História. São Paulo: EPU, 1985. (Coleção Temas básicos de Educação e Ensino)

TURRA, por Cloda M. Godoy, Delcia Enricone, Flávia Maria Santana e Lenir Cancelli André. Planejamento de ensino e avaliação. São Paulo: Ed. Sagra Luzzato.

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais.

CADERNOS DO MUNDO JOVEM.

ANEXO

LISTA DE ALUNOS DA SÉTIMA SÉRIE TURMA 'A'

Adelson de Almeida Silva
Adriano de Souza Freire
Ailton Fernandes da Silva
Aleídia Andrade Ferreira
Alexandra de Araújo Silva
Anderson Coelho Nascimento
Andréia Bezerra Cardoso
Andréia Gonçalves Nascimento
Angileide dos Santos Lima
Auterlene Pereira de Assis
Edilson Rodrigues de Oliveira
Edinaldo Ribeiro Dias
Elani Coelho Silva
Emerson Leal Pereira
Francisco Gilson Dantas de Souza
Francinaldo Xavier da Silva
Geane Regina de Sousa
Gildevan dos Santos Oliveira
Iremar Almeida Lima Júnior

Jailton Paulo da Silva
João Batista Rodrigues da Silva
José César da Costa Pinho
José Girliam do Ó Silva
Júnio Santos Ferreira
Laercio Galdino Vieira
Leandro Fernando Silva da Costa
Lidiane Nascimento Cassimiro
Luciano Sérgio da Silva
Luciene Calixto Lourenço
Márcio Silva
Maria Elisandra Silva
Manoel Edmilson Silva de Sousa
Marizângela de Souza Santos
Relionaldo Silva Bezerra
Renata Belarmino Martins
Ricardo de Lima Silva
Rilávia Cristine de Farias Lino
Roberta Kelly da Silva Cavalcanti
Ronaldo Santos Silva
Rosicláudio de Souza Rodrigues
Rosilda da Silva Saturnino

Rutemberg Pires de Souza

Salim Justino de Oliveira

Simone Ferreira Sobrinho

Tassiano Silva Oliveira

Tatiana Cristiana Alves Santos

Vanderlan Pereira

Verônica dos Santos de França

Wanderlândia Dias da Silva

LISTA DE ALUNOS DO SEGUNDO ANO TURMA 'B'

Adriana Alves Pinto

Adriana dos Santos Silva

Adriana Silva Oliveira

Albanete Dantas

Alexandre da Silva Lima

Ana Cláudia Costa de Barros

André Reis Pereira

Antônio Alan Lopes Bezerra

Carlos Antônio Lopes Monteiro

Claudeni de Moraes Sousa

Cremilda Felix dos Santos

Djanira Ferreira da Silva

Eliana Araújo de Farias

Emerson Barbosa da Silva

Frygleuma Leite de Lima

Fabricia Tavares de Moraes

Francisca Rosicler Santos

Francisco de Assis Dias da Silva

Giovanni Lima Silva

Giovanni Santos Garcia
Ivanilda Souto Cruz
José Antônio Barros Júnior
Josemar Barbosa de Souza
Josicleide Ferreira de Farias
Joseilson da Silva Farias
Joselito dos Santos Soares
Kelly Cristina de Souza Monteiro
Lays Silva dos Santos
Laudiene Maria Sidronio
Luis Carlos Calixto Lourenço
Maria Aparecida Gomes de Oliveira
Márcia da Silva Lucas
Maria de Fátima de Lima Sousa
Maria Fernandes S. de Medeiros
Maria das Vitórias Oliveira da Silva
Maria de Lourdes Oliveira
Maria do Socorro Basilio Ferreira
Maria Goreti Pontes Silva
Marise Corrêa da Silva
Michele Paulino Liza
Misslene Martins Béco

Patrícia de Souza Monteiro

Patrício Marques Hóstio

Regiane Ramos Grismino da Silva

Rodrigo Moisés do Nascimento

Sônia Maria Menezes de Freitas

Suênia Queiroz Xavier

Valquíria Rosa Pereira

Vanúbia Pereira de Sousa

Zezito João da Silva

ESCOLA ESTADUAL DE 1º. E 2º. GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: HISTÓRIA GERAL

PROFESSORA ESTAGIÁRIA: ANA MARIA RAMOS

PROFESSOR ORIENTADOR: JOSÉ BENJAMIM MONTENEGRO

SÉRIE: 7ª. TURNO: NOITE TURMA: 'A'

PLANOS DE AULA

OBJETIVO GFRAL: Desenvolver e estimular a reflexão, senso crítico, o raciocínio político e social das sociedades estudadas

1 CONTEÚDO: Civilização fenícia.

1.1 OBJETIVO ESPECIFICO:

Destacar a importância do mar na vida do povo fenício;

Adquirir informações básicas sobre a organização política do povo fenício;

Conhecer a estrutura social dos fenícios;

Compreender a importância do comércio marítimo na vida econômica dos fenícios;

Destacar a invenção do alfabeto como a grande contribuição cultural dos fenícios

1 2 METODOLOGIA:

Exposição aberta do professor;

Leitura do texto;

Aula expositiva dialogada

1.3 RECURSOS DIDÁTICOS:

Lousa;

Giz;

Textos;

Fotos ilustrativas;

Mapas.

1.4 AVALIAÇÃO:

Interpretação de textos;

Avaliação contínua;

Auto avaliação.

2. CONTEÚDO: Civilização Persa

2.1 OBJETIVO ESPECÍFICO:

Adquirir informações básicas sobre a formação e evolução do Império persa;

Conhecer elementos da organização político administrativa do império persa;

Caracterizar a economia dos persas;

Destacar aspectos da manifestação cultural dos persas no campo da religião.

2.2 METODOLOGIA:

Aula expositiva dialogada.

2.3 RECURSOS DIDÁTICOS:

Lousa;

Textos;

Fotos ilustrativas;

Mapas

2.4 AVALIAÇÃO:

Interpretação de textos;

Avaliação contínua;

Auto avaliação.

3. CONTEÚDO: Civilização hebraica.

3.1 OBJETIVO ESPECÍFICO:

Obter noções básicas da formação e da evolução política do povo hebreu;

Caracterizar a sociedade e a economia dos hebreus;

Destacar o judaísmo como a grande contribuição cultural legada pelos hebreus às civilizações ocidentais e orientais.

3.2 METODOLOGIA:

Aula expositiva dialogada.

3.3 RECURSOS DIDÁTICOS.

Lousa;

Giz;

Textos;

Fotos ilustrativas;

Mapas.

3.4 AVALIAÇÃO:

Interpretação de textos;

Auto avaliação;

Avaliação contínua.

4 BIBLIOGRAFIA

BOULOS, Alfredo Júnior. História Geral: Antiga e medieval. São Paulo: FTD, 1997.

CADERNOS DOM BOSCO (1º. grau). Curitiba- Paraná

HERMIDA, Borges. História Geral: Antiga e medieval. São Paulo: FTD, 1994

PILETTI, Nelson & PILETTI, Claudino. História e vida. São Paulo: Ática, 1997.

5. CRONOLOGIA DA DISCIPLINA

Dias de aula: terça feira de 19:00 às 19:30.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º. E 2º. GRAUS ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BRASIL

PROFESSORA ESTYAGIÁRIA: ANA MARIA RAMOS

PROFESSOR ORIENTADOR: JOSÉ BENJAMIM MONTENEGRO

SÉRIE: 2º. ANO TURNO: NOITE TURMA: 'B'

PLANO DE AULA

1 TEMA: O grito de liberdade

1.1.. OBJETIVO ESPECÍFICO:

Discutir o processo de independência do Brasil, destacando os grupos sociais, portugueses e brasileiros nela envolvidos;

Entender e desmistificar a falsa crença de que a nossa independência foi pacífica.

1.2. CONTEUDO: Independência do Brasil.

1.3. METODOLOGIA

Aula expositiva dialogada;

Montagem de painéis com gravuras ilustrativas.

1.4. AVALIAÇÃO:

Textos e discussões em torno de questões problematizadoras;

Síntese do texto feito pelos alunos

2. TEMA: Primeiro Reinado

2.1 OBJETIVO ESPECÍFICO:

Discutir as dificuldades de consolidação de uma monarquia parlamentar no Brasil após a proclamação da independência;

Caracterizar essas dificuldades pelos atos de D. Pedro I e pelas contradições envolvidas na elaboração de nossa primeira Constituição.

2.2 CONTEÚDO:

Reinado de D. Pedro I;

Constituição de 1824;

Confederação do Equador.

2.3 METODOLOGIA:

Aula expositiva dialogada;

Vídeo sobre a Independência / Primeiro Reinado.

2.4. AVALIAÇÃO:

Participação contínua dos alunos;

Síntese do texto feito pelos alunos.

3 TEMA: Período regencial.

3.1 OBJETIVO ESPECÍFICO:

Caracterizar a época regencial como um período de instabilidade política agravada pela crise econômica e social;

Entender a antecipação da maioria de D. Pedro como centralização política.

3.2 CONTEÚDO:

Regências;

Movimentos sociais no período regencial;

Majoridade de D. Pedro II.

3.3 METODOLOGIA:

Aula expositiva dialogada;

Uso de mapas;

Leitura de textos.

3.4 AVALIAÇÃO:

Trabalhos de pesquisa em grupo;

Elaboração de quadros-síntese;

Confecção de painéis temáticos.

4. BIBLIOGRAFIA:

ARRUDA, José Jobson de, & PILETTI, Nelson. Toda a história. São Paulo: Ática, 1997.

COSTA, Luís César Amad & MELO, Leonel Itaussu A . História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1996.

CADERNOS DOM BOSCO. Curitiba - Paraná.

SCHMIDT, Mário. História crítica do Brasil. São Paulo: Ed. Nova geração, 1996.

VICENTINO, Cláudio. História geral. São Paulo: Scipione, 1997.

VALADARES, Virginia Trindade. História: assim caminha a humanidade. Belo Horizonte: Ed. Do Brasil, 1992

A História política da Fenícia caracterizou-se pela existência de cidades-Estado independentes.

Cada cidade-Estado escolhia sua própria forma de governo, que poderia ser monarquia ou república, porém, de maneira geral, era governada pelos sufeitas e dominada por uma *oligarquia** mercantil, composta de comerciantes e armadores (donos de navios).

Em dados momentos históricos, dependendo do seu prestígio comercial, uma cidade-Estado se sobrepunha às outras e passava a ter a supremacia política na Fenícia. Foi o caso de Ugarit, Sidon, Biblos e Tiro.

Do século XII ao VIII a.C., os fenícios dominaram o comércio marítimo no Mediterrâneo e fundaram, na orla marítima, feitorias e colônias.

Os "maiores navegadores do mundo antigo" criaram um alfabeto — sua maior contribuição cultural — composto de 22 consoantes e que serviu de base para a elaboração de outros alfabetos.

Os gregos aprimoraram o alfabeto fenício, acrescentando-lhe as cinco vogais.

"... os fenícios não são, como os sumérios ou os gregos e os indo-europeus em geral, um povo criador, mas, como a maioria dos semitas, vulgarizador. Sua arte, seu instrumental, sua cerâmica nada têm de original e refletem as tendências geometrizaras da época; não se trata de produtos de luxo, mas de consumo corrente. Sua religião foi por muito tempo considerada pouco original e diretamente inspirada na de seus vizinhos, notadamente os arameus. Mas as descobertas de Ras-Chamra (Ugarit), distribuídas pelo período compreendido entre os séculos XI e XII, forçaram os especialistas a rever sua posição: a religião fenícia, coisa paradoxal, apenas conhece deuses agrários, e não marítimos, o que é um traço de sua origem continental; seu grande deus é uma espécie de Baal (senhor) muito semelhante ao Hadad dos sírios, e sob o nome de El, outro grande deus criador, reveste um caráter solar mais acentuado. A principal originalidade, porém, reside no mito, conhecido pelos textos do século XIII, de Mot e Alein, deuses agrários das messes e dos frutos, dos quais um morre no inverno para ressuscitar na primavera, obedecendo o outro a um ritmo inverso. Mais tarde,

este mito foi adaptado a outros deuses, como Adônis de Biblos e mesmo Átis da Frígia, e sob esta última forma estava-lhe reservada longa fortuna. Divindades femininas choram e exaltam, alternativamente, mas com violência, os avatares de Mot e Alein: relacionam-se, sob o nome de Astartéia, com a Ishtar babilônica, deusa da fecundidade, e encontram-se entre os cartagineses sob o nome de Tanit. Alguns ritos deixaram aos antigos a impressão de horror trágico, como os sacrifícios de crianças, conhecidos principalmente em Cartago, denominados Molcomor (daí o chamado Moloc). Devemos dar lugar, por fim, a um jovem deus masculino o "rei" de Tiro, Melcarte, honrado também em Cartago e Gades, que foi assimilado a Hércules pelos gregos e romanos do Império.

Mas os fenícios são, acima de tudo, os inventores, adaptadores e propagadores do alfabeto. Sabe-se, hoje em dia, que os cretenses e aqueus dispunham de uma escrita hieroglífica, depois linear A e B, e que estiveram em estrita relação com Ugarit; por outro lado, desde longa antiguidade o Oriente conhecia o hieroglífico

UNIVERSAL GERMANY

FENÍCIOS

FENÍCIO	GREGO	LATINO
𐤀	Α Α	A
𐤁	Β	B
𐤂	Γ	GG
𐤃	Δ	D
𐤄	Ε	E
𐤅	Υ V	VwF
𐤆	Ζ	
𐤇	Η	H
𐤈	Θ	
𐤉	Ι Ζ	I
𐤊	Κ	K
𐤋	Λ	L
𐤌	Μ	M
𐤍	Ν	N
𐤎	Ξ	
𐤏	Ο	O
𐤐	Π	P
𐤑		Q
𐤒	Ρ	R
𐤓	Σ	S
𐤔	Τ	T

Alfabetos fenício, grego e latino.

de dificuldade, tornara-se a escrita universal do mundo oriental. Essas escritas tinham o inconveniente comum de serem silábicas e pictográficas, e de transcreverem ao mesmo tempo sons e idéias; exigiam longo período de treino, *apanágio** de restrita elite, o que explica a força dos escribas. Já no século XV, parece que os fenícios, práticos e realistas, tinham a noção de uma escrita alfabética, transcrevendo apenas as consoantes, e compreendendo somente 20 a 30 sinais. As escavações de Biblos (tumba de Abirã) e sobretudo de Ras-Chamra revelaram textos do século XIII (data ainda discutida), escritos em sinais alfabéticos, suscetíveis de transcrever tanto o fenício como o aramaico, este em vias de substituir o babilônico no mundo oriental. Os gregos receberam este alfabeto (...) e aos sinais consoânticos acrescentaram novos sinais destinados a transcrever as vogais.



Por causa da posição privilegiada que a ilha de Creta ocupava no Mediterrâneo oriental, os cretenses tornaram-se exímios navegadores e grandes comerciantes. Eles levavam para a sua ilha o marfim e os minerais que não possuíam e exportavam manufaturas de cerâmica e metal para seus vizinhos, que viviam no continente.



Sala do grande palácio de Cnossos, na ilha de Creta. As paredes desse palácio eram decoradas com pinturas de animais e cenas da vida diária do povo cretense. As colunas lisas terminavam, em sua parte superior, em capitéis muito elaborados.



2. Os fenícios

A Fenícia ocupava uma estreita faixa de terra, com cerca de 200 quilômetros de comprimento, entre as montanhas e o mar Mediterrâneo, ao norte da Palestina. De largura,

essa faixa não ultrapassava 50 quilômetros. Essa região corresponde aproximadamente ao Líbano atual.

Como no território fenício havia poucas terras cultiváveis, seus habitantes voltaram-se para as atividades marítimas.

Evolução política

Nessa faixa estreita, havia portos naturais excelentes, que deram origem a várias cidades, como Ugarit, Biblos, Sídón e Tiro. Essas cidades não chegaram a se unir para constituírem um Estado único. Eram consideradas *cidades-estados*, pois cada uma cuidava de seus interesses políticos e comerciais. Cada cidade tinha seu próprio governante, que geralmente representava os mercadores, que formavam a classe mais poderosa da sociedade.

Por volta de 1500 a.C., Ugarit e Biblos tiveram um grande desenvolvimento, transformando-se nos portos fenícios de maior destaque. Aos poucos foram substituindo o comércio cretense. As atividades comerciais fenícias se davam principalmente com Chipre, Creta e Egito. Com o

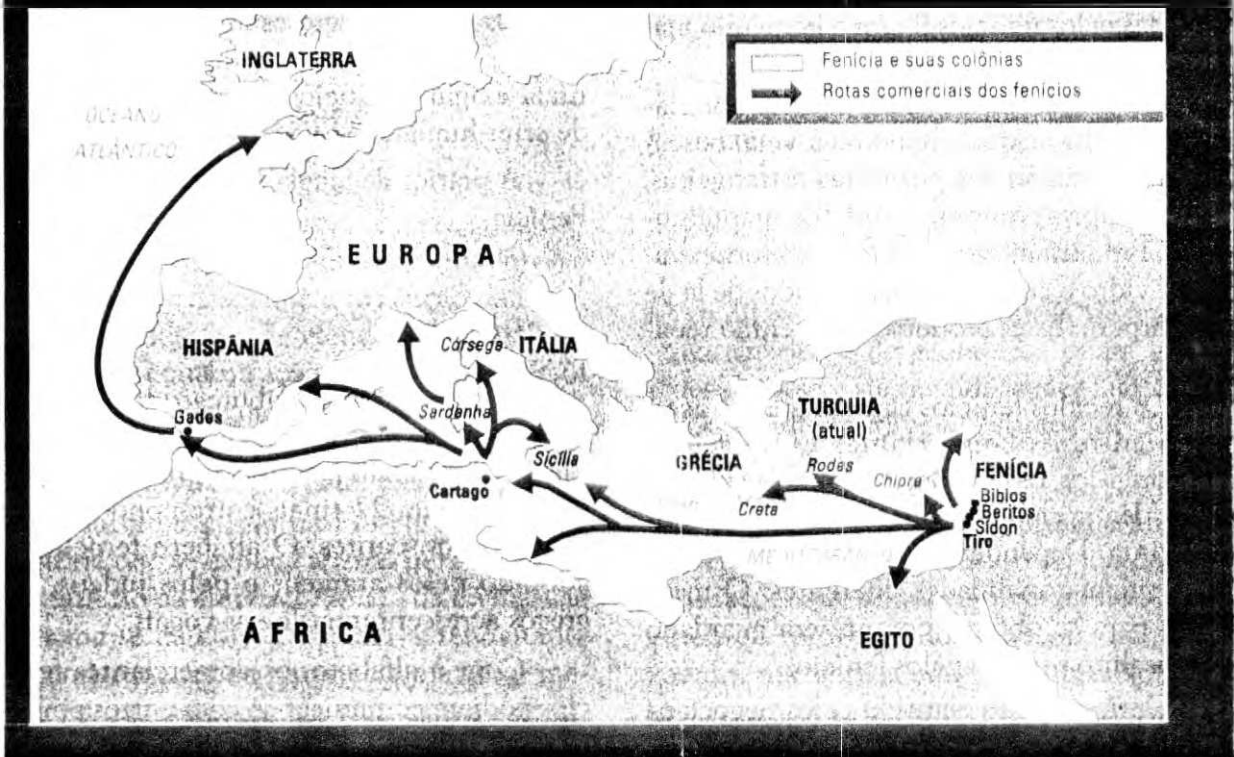
Egito, os comerciantes de Biblos trocavam o cedro fenício por papiro.

A partir de 1400 a.C., com a decadência de Creta, a Fenícia assumiu o controle do comércio praticado ao sul do Mediterrâneo. Sídón, agora a cidade mais importante, estendeu suas atividades comerciais até o mar Egeu e o mar Negro. Mas, por volta de 1100 a.C., destruída pelos filisteus e sofrendo forte concorrência da cidade de Tiro, Sídón perde sua importância como maior centro comercial da região.

Tiro se tornou, então, a cidade mais poderosa da Fenícia. Por volta do ano 1000 a.C. outro fator colaborou para seu desenvolvimento: com a decadência dos egípcios, os reis de Tiro aliaram-se aos hebreus, fornecendo-lhes madeira para a construção do templo de Jerusalém.



A colonização fenícia



Ao serem impedidos pelos gregos de negociarem no Mediterrâneo oriental, os comerciantes de Tiro avançaram rumo à extremidade ocidental do mar Mediterrâneo, fundando colônias como Cartago, no norte da África, e Gades, atual Cádiz, na costa da Espanha.

Entretanto, as enormes riquezas provenientes desse intenso comércio e acumuladas em Tiro tentavam os conquistadores. Sitiada, primeiramente pelos assírios, e depois pelos babilônios, a cidade de Tiro entrou em decadência, até que, em 332 a.C., foi conquistada pelos gregos chefiados por Alexandre Magno.

Apesar disso, os fenícios continuaram ainda, por meio de Cartago, a desempenhar um papel importante no controle comercial do mar Mediterrâneo. O domínio de Cartago sobre o comércio do Mediterrâneo permaneceu até 146 a.C., quando finalmente foi destruída pelos romanos.

As atividades econômicas

As atividades mais importantes desenvolvidas pelos fenícios foram o comércio marítimo e a indústria.

Com seus navios de pequena tonelagem, impulsionados a remo ou a vela, buscavam matérias-primas em terras estrangeiras, que transformavam em produtos manufaturados. Produziam armas de ferro e bronze, vasos de vidro e cerâmica, jóias, tecidos de lã de cor púrpura. Esses produtos eram então reexportados.

Os tecidos fenícios tinham grande aceitação entre os comerciantes estrangeiros. Para tingi-los, os tecelões usavam a resina extraída de um caracol, com a qual era produzida a tinta. Dependendo da exposição ao sol, conseguiam tonalidades diferentes. O meio usado para se obter o corante era guardado em absoluto segredo pelos fenícios.

Outro segredo mantido pelos negociantes fenícios eram suas rotas marítimas.

Através dessas rotas previamente estabelecidas, dominavam todo o comércio do Mediterrâneo. Chegaram até mesmo à costa da Bretanha (atual Inglaterra), no oceano Atlântico. Pesquisas históricas revelaram que, contratados por um faraó egípcio, os fenícios conseguiram dar uma volta completa em torno da África, partindo do mar Vermelho e voltando pelo estreito de Gibraltar. Essa viagem durou três anos.

Os fenícios também praticavam a pirataria. Para eles não havia muita diferença entre essa atividade e o comércio. Frequentemente aprisionavam seus fregueses, que depois vendiam como escravos.

A religião

Cada cidade fenícia tinha o seu deus protetor, chamado *Baal*. Além dele, os fenícios cultuavam também *Astarte*, a deusa da fecundidade, e *Adônis*, que, como Osíris no Egito, representava o renascimento periódico da vegetação e o triunfo da vida sobre a morte.

Os rituais religiosos eram celebrados ao ar livre. Durante muito tempo, a religião fenícia exigiu sacrifícios sangrentos, inclusive de seres humanos.

A prática da magia era muito comum na Fenícia.

A cultura

A principal contribuição dos fenícios para a civilização foi a invenção do *alfabeto*. Eles criaram sinais para representar o som das palavras: eram 22 sinais correspondentes ao som das consoantes. O alfabeto fenício foi adotado pelos arameus e pelos judeus. Os gregos acrescentaram-lhe as vogais.

Com o alfabeto, os comerciantes fenícios podiam comunicar-se com outros povos, o que facilitava as operações comerciais.



Estátua de bronze folheada a ouro do deus El, de Ugarit.

3. A herança cultural do Antigo Oriente

A passagem do homem do estágio da Pré-História para a História ocorreu por volta do IV milênio a.C. Para os historiadores, o marco dessa passagem é a invenção da escrita. Com o objetivo de atender as suas necessidades de comunicação e de controlar seus negócios, o homem começou a inventar sinais gráficos que simbolizavam as coisas, as idéias, os sons da fala. Assim nasceu a escrita.

Mas a passagem da Pré-História para a História não se explica apenas pela invenção e utilização da escrita. O início da civilização humana se dá com o homem aprendendo a depender menos da natureza e a utilizar melhor os instrumentos e a técnica para dominá-la. O início da civilização significa sobre-

tudo uma série de mudanças de atitude nos seres humanos, na maneira como viviam e pensavam:

- Os homens deixam de ser caçadores e coletores e passam a ser agricultores e criadores de animais. Com essa mudança na maneira de viver, os grupos humanos abandonam a vida nômade e tornam-se sedentários. Com o desenvolvimento da agricultura, inventam o arado, constroem canais de irrigação e domesticam animais para servir de tração.
- Vivendo num único lugar, os grupos humanos crescem e fundam cidades. Aos poucos vão desenvolvendo técnicas de construção, com a utilização de arcos e colunas. Começam a fazer tijolos, a construir casas, palácios, templos, aquedutos; calçam ruas e organizam a vida urbana.
- Desenvolvem técnicas para lidar com metais, fazem vasos de cerâmica, preparam papiros.
- Começam a trocar por outros os produtos que fabricam. O comércio se desenvolve. Para facilitar as trocas, inventam a moeda.
- Os grupos humanos começam a se organizar politicamente, com um chefe e um conjunto de normas que regulam as atividades dos indivíduos em sociedade.
- Ampliam os conhecimentos de cálculo matemático e de geometria, criam unidades de peso e de medida, inventam calendários, desenvolvem estudos de Astronomia e Medicina.

Essas mudanças não ocorreram ao mesmo tempo nem da mesma forma, nas diversas civilizações que se desenvolveram no Antigo Oriente. Aproveitando as descobertas de povos anteriores, cada uma delas apresentou soluções originais para os problemas que enfrentava.

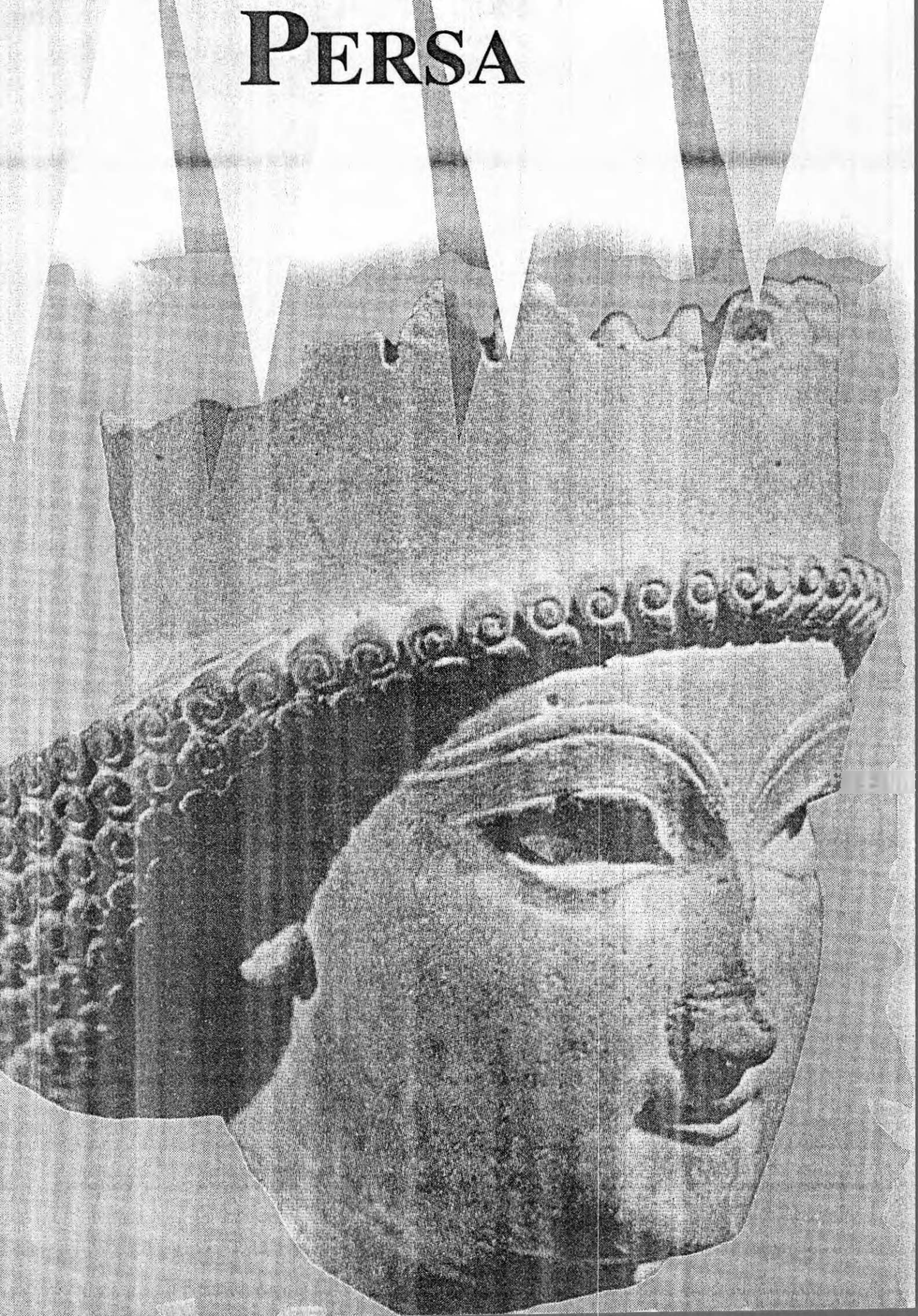


QUESTÕES para revisão

1. Faça um esquema datado, apresentando as principais etapas da história de Creta, desde seu surgimento até a dominação grega.
2. Especifique as atividades econômicas desenvolvidas pelos cretenses.
3. Qual era a área de atuação do comércio marítimo de Creta? Desenhe, sobre papel de seda ou vegetal, o mapa dessa área.
4. O que você sabe sobre a religião, a arte e a escrita cretenses?
5. Por que as atividades marítimas foram a base da economia na Fenícia?
6. Faça um esquema destacando a área e o período de maior atuação de cada uma das principais cidades fenícias. Depois, faça o mapa das colônias fenícias, na época em que Tiro era a cidade mais importante.
7. Que artifícios os negociantes fenícios usavam para conseguir maiores lucros?
8. Quais eram os deuses fenícios e o que eles representavam?



PERSA





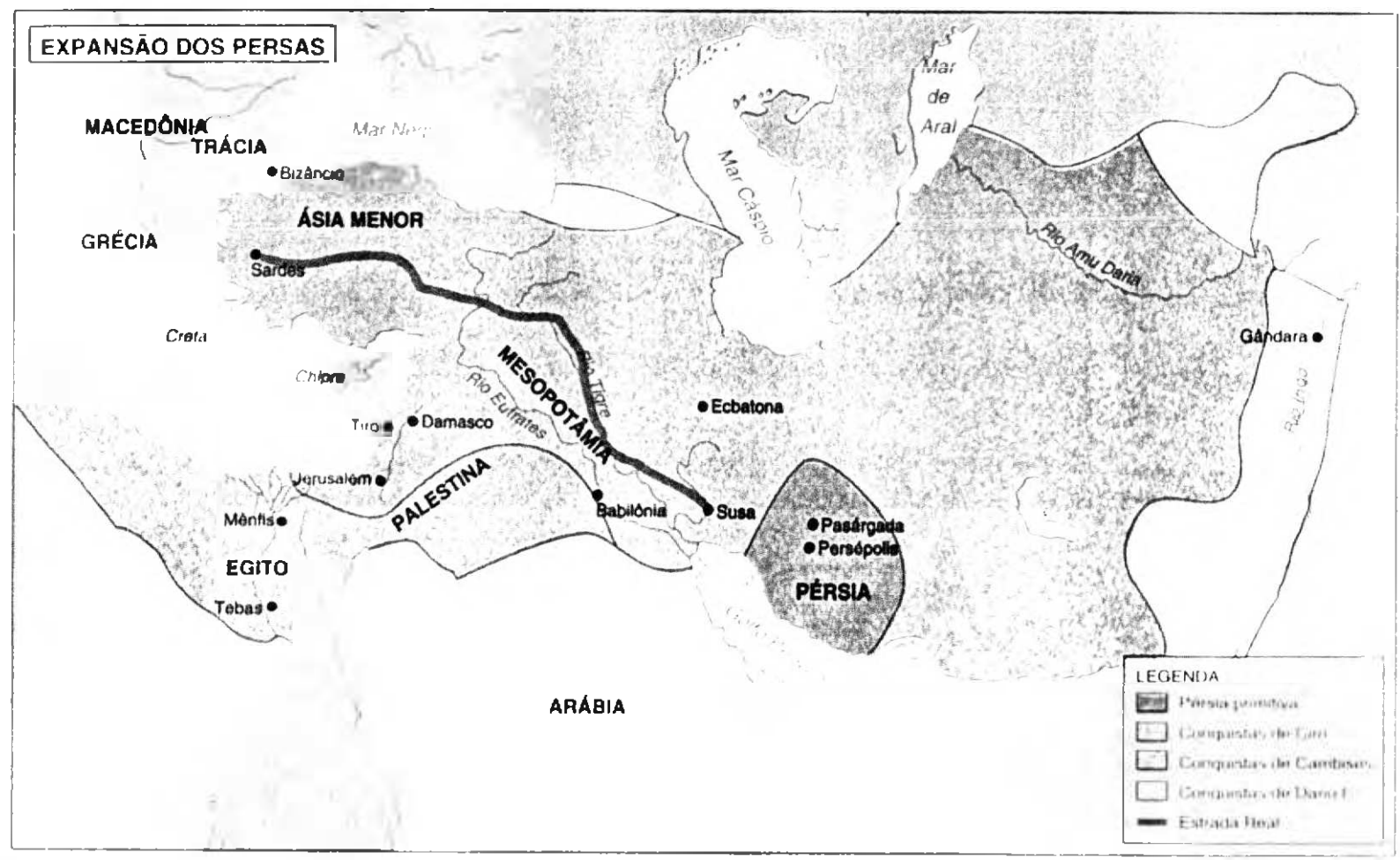
Ruínas de Persépolis, cidade construída por Dario I. No relevo

Da luta entre os deuses do Bem e do Mal resultam todos os caminhos da vida. Essa luta só terminará no dia do **juízo final**, quando finalmente Ormuz vencerá Arimã. Nesse dia, todos os homens serão julgados por seus atos. aquele que por sua livre vontade tiver trilhado o caminho do Bem irá para o Céu. Quem tiver seguido o caminho do Mal será condenado às torturas do Inferno.



interpretando MAPAS

- Em três reinados, os persas conseguiram formar um vasto império, conquistando regiões em diferentes continentes.
- Observe o mapa:



- Agora responda:

A CIVILIZAÇÃO PERSA:

RESUMO:

O Irã, a geografia e o povoamento.

O plano do Irã (Aryanam "pais dos arianos"), região montanhosa e desértica, situava-se leste do Crescente Fértil, entre a Mesopotâmia e a Índia. Foi povoado, no segundo, no segundo milênio antes de Cristo, por tribos nômade-pastoris de origem indo-européia, os arianos. Dois grupos arianos ocuparam o Irã; os medos e os persas. Os primeiros fixaram-se ao norte, perto da Assíria; os segundos, instalaram-se ao sul, junto ao oceano Índico. Os medos foram dominados pelos assírios até que, em 612a.C., aliaram-se aos caldeus e destruíram o império Assírio. O reino da Média transformou-se num dos mais poderosos do Oriente Antigo.

Apogeu e declínio dos persas.

Os persas foram dominados pelos medos até 550 a.C., quando Ciro, da família Aquemênida, destronou astiges, rei da Média, e fundou o Império Persa. Ciro conquistou o reino da Líbia, as cidades gregas da Ásia Menor - Mesopotâmia, Palestina e Fenícia. Seu sucessor, Cambises, conquistou o Egito e a Líbia. Dário I dotou o império de uma organização político-administrativa; dividiu-o em províncias (satrapias), instituiu uma moeda-padrão (o diário) e construiu as estradas reais, dotadas de um sistema de correios. As Guerras Médicas assinalaram, a partir de 490 a.C., o declínio do Império Persa. Em 334 a.C., no reinado de Dário III, este império foi conquistado por Alexandre Magno.

O dualismo religioso dos persas.

A civilização persa desenvolveu uma cultura eclética e com poucas contribuições realmente originais. As artes, particularmente, foram muito influenciadas pelas culturas egípcia, mesopotâmica e grega. A monarquia absoluta teocrática caracterizava-se por uma política de tolerância econômica, cultural e religiosa. A liberdade de troca, a moeda-padrão e a rede de estradas impulsionaram o desenvolvimento do comércio, principal atividade econômica do Império Persa. A contribuição mais importante e original. O Mazdeísmo persa, fundado por Zoroastro, baseava-se no dualismo religioso e na eterna luta entre o Bem (Ormuz-Mazda) e o Mal (Ahriman). Esta religião baseava-se na crença no Juízo Final e na vinda de um Messias. Seus princípios básicos estão contidos no Zend Avesta, livro sagrado dos persas.

EXERCÍCIOS:

1. (Fuvest - SP) O historiador afirmou que "os persas substituíram a dominação assíria, fundada no terror, por um regime de ordem, de paz e de administração regular".
 - a) Como os persas administravam os territórios ocupados?
 - b) Como os persas agiam para conseguir a convivência sem grandes conflitos com povos vencidos?
2. Descreva as condições geográficas do planalto do Irã.
3. Descreva o povoamento do Irã pelas tribos arianas.

Da sociedade patriarcal à fundação da monarquia

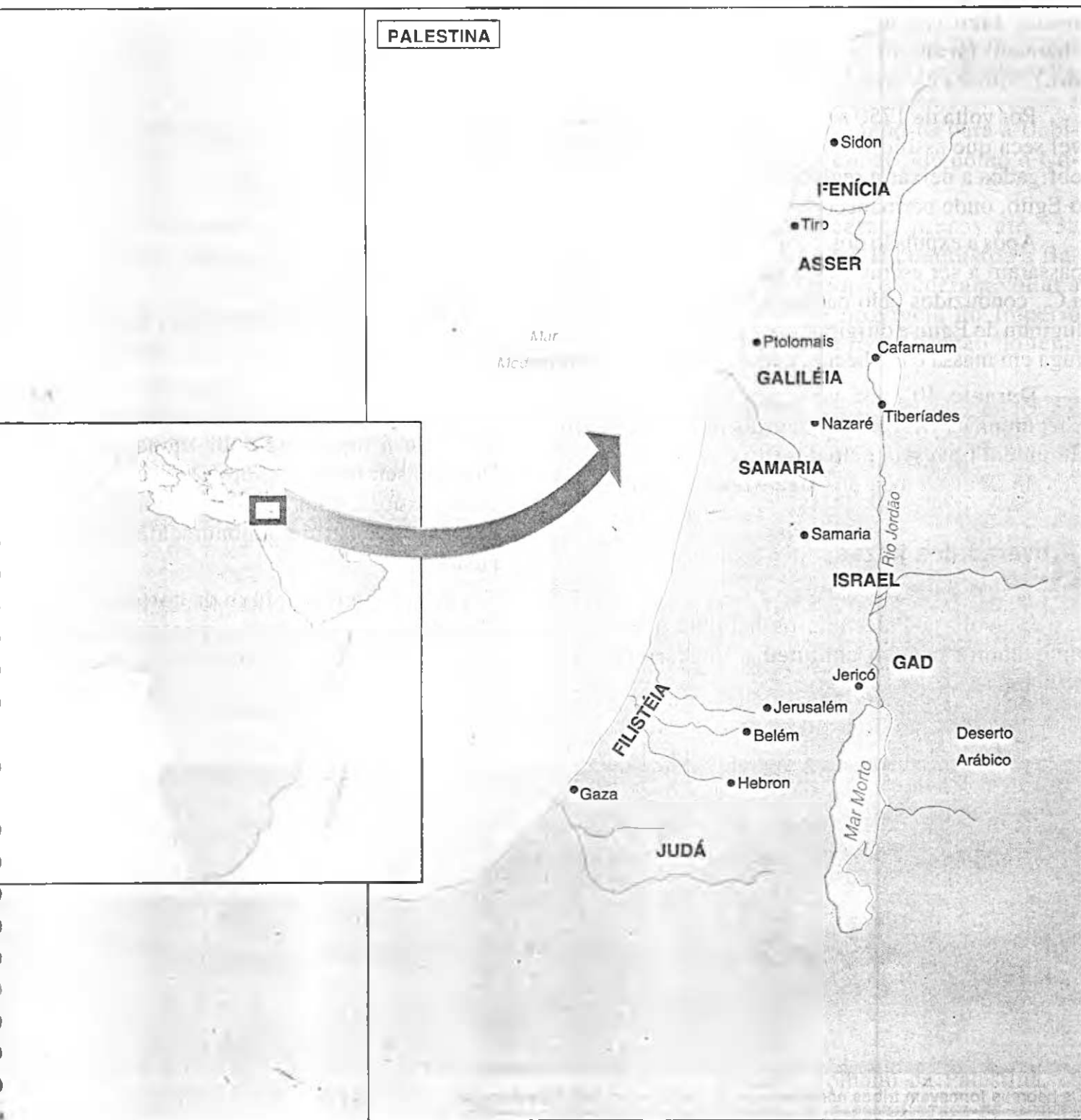
Os hebreus, povo de pastores nômades, viviam na cidade de Ur, no sul da Mesopotâmia. Partiram de Ur, subindo o rio Eufrates, e fixaram-se em Harã, ao norte da Assíria. Posteriormente, chefiados por **Abraão***, seguiram em direção à Palestina (a Terra Prometida), onde se estabeleceram por volta do ano de 2000 a.C.

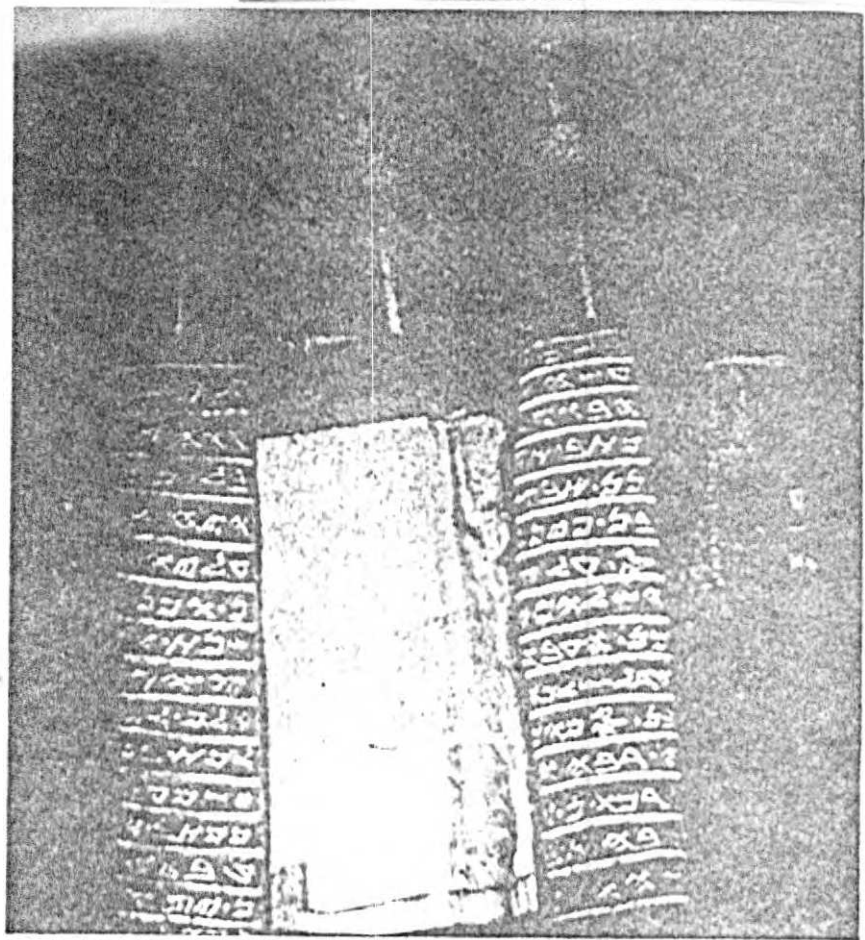
A Palestina, uma estreita faixa de terra que se estende pelo vale do rio Jordão, naquela época ti-

nhava como limites, ao norte, a **Fenícia***; ao sul, o deserto do Sinai; a leste, o deserto da Síria; a oeste, o mar Mediterrâneo.

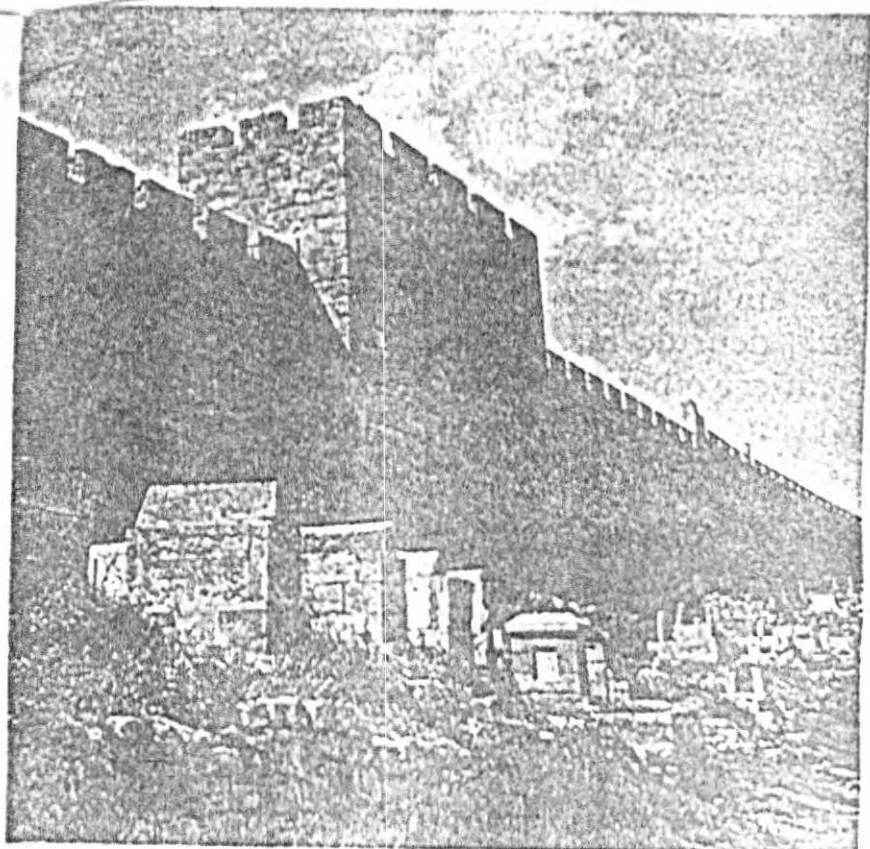
* **Abraão** — segundo a *Bíblia*, Abraão foi escolhido por Deus para ser o pai de um povo bastante numeroso. Ele deveria fixar-se no lugar que um dia seria de seus filhos e netos — a Terra Prometida.

* **Fenícia** — região onde se desenvolveu uma civilização marítimo-mercantil.





Torá, rolo de pergaminho sobre o qual estão escritos os cinco primeiros livros da Bíblia e que é a principal base da religião judaica.



Parte dos muros de Jerusalém, como se apresentam hoje, tendo em frente um cemitério árabe.

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Desde a descoberta pelos portugueses, o Brasil se tornou uma colônia de exploração sob o domínio de Portugal. Estabeleceu-se uma relação entre a Colônia e a Metrópole, a qual denominou-se : Pacto Colonial.

Final do século XVIII, período que se intensificavam as mudanças e transformações, na América e na Europa, graças a “Era das Revoluções”, que tinha como base as “idéias liberais” defendidas pelo Iluminismo – movimento cultural que criticava o absolutismo, o privilégio do clero e da nobreza, e, em contraposição, defendia a “liberdade” para todos. E assim, ocorre a Revolução Francesa fundamentada nestes princípios, cujo ideal era defender a “liberdade, igualdade e fraternidade”. Por outro lado, outro acontecimento: a Inglaterra em processo de revolução industrial desde meados do século XVIII passou a sentir dificuldade em manter o seu desenvolvimento, sobretudo porque necessitava de matéria prima e de mercados consumidores para seus produtos; e o pacto colonial impedia a negociação direta com as colônias na América, uma vez que estavam sobre o domínio exclusivo de suas metrópoles.

Naquela época, Napoleão Bonaparte mantinha seu Império na França exercendo poder sobre várias áreas da Europa, só lhe escapava a Inglaterra - forte potência econômica que mantinha relações com o comércio externo. Para atingi-la decretou “ O Bloqueio Continental “ (1806), proibindo qualquer relação comercial da Inglaterra com as “Nações Européias “ e suas “ colônias “. Portanto, a Inglaterra passa a defender o fim do exclusivismo entre a Espanha e Portugal, sobre as colônias mais ricas que as mantinham no Brasil, pressionado Portugal a embarca para o Brasil justamente no momento em as tropas napoleônicas ameaçam invadir Portugal. Chegando ao Brasil D. João VI é obrigado a abrir os portos para comercialização com as nações amigas, o que significou dizer que estava abrindo para a Inglaterra. O Brasil deixava de ser colônia de Portugal passando à categoria de “ Reino Unido “, agora sobre o domínio britânico com acordo feito com a Inglaterra no Tratado de 1810 que garantia lhe o direito sobre as matérias-primas, pagar impostos mais baixos sobre os produtos acabados, enfim, manter relações direta sobre os negócios brasileiros.

Mais adiante, os portugueses tentaram recolonizar o Brasil, porém D. Pedro (filho de D. João VI) se opõe e rompe os laços com Portugal juntamente com Aristocracia Rural, num acordo que resultou na Proclamação da Independência a 07 de setembro de 1822, com o famoso e consagrado: “ grito do Ipiranga “ “ Independência ou morte !” . E assim, o Brasil se torna “ Independente! ”. Mesmo independente o país permanece com sua estrutura sócio-econômica e política, os grupos dominantes continuam no poder e a escravidão continua sendo a base de sustentação dessa sociedade.

O PAIS INDEPENDENTE

Após proclamada a independência era preciso organizar o Estado politicamente. Portanto, foi convocada uma “Assembléia Constituinte” (1823), composta por membros da Aristocracia (grandes proprietários e o clero, por exemplo), visando criar a “Constituição” que regeria o País. Os principais pontos em pauta para Constituição seriam:

- O Poder executivo (Imperador) submisso ao legislativo (Senadores e Deputados);
- Restrição à participação das camadas populares na vida política do País.

REAÇÕES CONTRA A SEPARAÇÃO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Declarado o Brasil independente e instaurado o regime monárquico com uma Constituição beneficiando uma minoria – a Elite, logo se acirraram as reações por parte daqueles que se sentiam à margem das decisões políticas, sobretudo. De um lado, os portugueses que defendiam a união entre Brasil e Portugal, geralmente militares que representavam o Governo nas Províncias, principalmente nas do Nordeste. De outro, grupos aliados ao governo que defendiam a separação e lutavam pela sua manutenção, inclusive, tentando expulsar os portugueses.

As divergências entre os grupos dominantes e a situação pela qual passava o país, se intensificavam cada vez mais levando a população a uma insatisfação quase que generalizada, se não fosse parte dela está à margem do que acontecia. Insatisfação esta que tendeu aumentar quando o Imperador manda suas tropas invadir a Assembléia e dissolve a Constituição em detrimento de outra que lhe garantisse plenos poderes sobre a Nação. E assim, contando com o apoio de alguns de seus aliados, elabora uma Constituição que garante a manutenção do seu poder reforçado por um quarto poder – o Moderador.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

O Império brasileiro como vimos, era um poço de divergências políticas entre as camadas dominantes, na disputa pelo o poder e em defesa de seus próprios interesses, quando na realidade deveria ser pela nação, pelo o povo. Nesse sentido, se acirraram as disputas, principalmente, nas províncias do Nordeste. Pessoas envolvidas nos movimentos considerados “separatista” e “revolucionário”, defendiam o fim dos privilégios das elites, bem como, o fim do regime monárquico e “absolutista” em detrimento de um regime “liberal” e “democrático”, com a instauração do regime republicano.

Portanto, pretendiam instaurar a república com o lema: “Confederação do Equador”. Não tardou muito e logo a tentativa fracassou, pois, as tropas aliadas do governo, sobretudo, não hesitaram em queimar pólvora nos combates que causaram graves consequências ao povo e ao País: quando eram cobrados altos impostos, como também, empréstimos realizados aos países estrangeiros aumentando ainda mais as nossas dívidas e dependência para com eles.

Com o retorno de D. João VI à Portugal, onde veio a falecer mais tarde, D. Pedro I se vê diante de mais um problema além dos que já lhe cercavam. Precionado por todos os lados, a saída seria a abdicação em nome de seu filho D. Pedro de Alcântara, ainda menor de idade. Como estava impossibilitado de governar no Brasil e reinar em Portugal ao mesmo tempo, optou por seu país de origem e deixou seu filho no Brasil esperando a maioria para assumir o trono, enquanto isso, uma nova fase de governo se instaura: a “Regência”, cujas pessoas eram nomeadas para governar o país em seu nome.

O Brasil monárquico: o Primeiro Reinado (1822-1831)

O período da história brasileira situado entre o Brasil colonial (1500-1822) e o Brasil republicano (a partir de 1889) tem recebido várias denominações: Reino, Império e Monarquia. O Brasil foi elevado à categoria de reino em 1815. Com a Independência, continuou a denominação, apesar de D. Pedro I ter sido sagrado *imperador*, em 1º de dezembro de 1822.

Por que se atribuiu tal título a D. Pedro I? Podemos apontar três fatores mais importantes: a grande extensão territorial, que dava idéia de um império semelhante aos da Antiguidade; o ideal de unidade, mais fácil de manter sob a autoridade de um imperador; o sonho de grandeza alimentado pelos portugueses. Como *monarquia* é o poder hereditário, exercido por uma só pessoa, talvez seja esta a denominação mais correta para o período entre o Brasil colonial e o republicano. Mas uma denominação não exclui outra.

1. A difícil consolidação

O período monárquico divide-se em três subperíodos básicos:

Primeiro Reinado (1822-1831) — Governo de D. Pedro I;

Regências (1831-1840) — Governos regenciais;

Segundo Reinado (1840-1889) — Governo de Dom Pedro II.

Não foi fácil vencer a distância entre a Independência e a consolidação do Império. Dom Pedro I enfrentou sérias dificuldades para: consolidar sua autoridade, diante da contestação em muitas províncias; obter o reconhecimento internacional; e superar as divergências para a elaboração da primeira Constituição. Consolidação mesmo só viria no Segundo Reinado.

Lisboa para enfraquecer a autoridade do então príncipe regente e forçá-lo a voltar a Portugal tinha sido o desligamento das Juntas de Governo Provincial do governo do Rio de Janeiro. Assim, o governo e as forças militares de algumas províncias ficaram contra a Independência e a favor das autoridades portuguesas. Não se submetiam à autoridade de D. Pedro. As reações mais fortes vinham da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Província Cisplatina, antiga Colônia do Sacramento. Esta havia sido incorporada em 1821, depois de batalhas iniciadas em 1816 com a Independência da Argentina.

Para lutar contra os portugueses, a Coroa brasileira contratou oficiais e marujos estrangeiros, entre eles o almirante escocês Lordê Cochrane, que já havia combatido pela independência do Chile. Ele comandou os brasileiros que conquistaram Bahia, Piauí e Pará, entre junho e agosto de 1823.

Vencidos os portugueses da Cisplatina em outubro, consolidou-se o domínio militar do imperador sobre todo o território nacional. Mas esta província jamais aceitaria ser brasileira, sobretudo por causa da origem espanhola de seus habitantes. Em 1825, um movimento revolucionário declarou a anexação da Cisplatina à Argentina. O resultado: Brasil e Argentina entraram em guerra, com muitas mortes e prejuízos materiais para os dois lados. Em 1828, os dois países renunciaram à posse da Cisplatina e lhe concederam a Independência, com o nome de *República Oriental do Uruguai*.

A inútil e custosa guerra aumentou a oposição popular à política de D. Pedro I, considerada contrária aos interesses brasileiros. Um autor anônimo deixou estes versos críticos, que parafraseiam a letra do Hino da Independência:

*A Corte vai deitar luto;
A cidade se ilumina;
Acabam nossas desgraças
Lá se foi a Cisplatina.
Brava gente brasileira;
Longe vá-se amor servil;
Deixemos os estrangeiros
E cuidemos do Brasil.*

Ao mesmo tempo que lutava para se impor internamente, D. Pedro I preocupava-se em conseguir apoio externo para a separação de Portugal,

Brasil e países europeus e via neste fato a grande oportunidade para continuar extraindo grandes lucros de seus privilégios comerciais com o Brasil. Também não lhe interessava romper com o velho aliado, Portugal.

Os ingleses assumiram posição conciliatória, de que resultou o *Tratado de Paz e Amizade* entre Brasil e Portugal, assinado em 29 de agosto de 1825. O Brasil, em troca do reconhecimento de Portugal, comprometia-se a pagar-lhe 2 milhões de libras esterlinas e conferia a D. João VI o direito de usar o título de Imperador do Brasil. O detalhe interessava ao rei de Portugal: tendo conseguido impor autoridade sobre as Cortes e restabelecer a monarquia absoluta, alimentava a esperança de voltar a reunir os dois países.

Os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer a Independência do Brasil, em 26 de maio de 1824. Seguiu-se o México, em março de 1825, antes ainda de Portugal, portanto, França, Áustria e outros países europeus só reconheceram o novo país depois do *Tratado de Paz e Amizade*, para não melindrar a Coroa portuguesa. Desta forma, em 1826 o Brasil despontava no cenário internacional como única monarquia do Novo Mundo.

2. A Constituinte de 1823

A primeira *Assembléia Constituinte* do Brasil foi convocada por D. Pedro antes da Independência, em junho de 1822. Mas só tomou posse em maio de 1823. Cerca de oitenta deputados representavam catorze províncias. Eram as pessoas mais representativas da sociedade da época: bacharéis, padres, magistrados, grandes proprietários rurais e funcionários públicos, a maioria com grande participação na luta pela Independência e na defesa dos ideais liberais.

Logo se criou um clima de desconfiança entre o Imperador e a maioria dos constituintes. Na instalação, D. Pedro pediu uma Constituição digna dele e do Brasil. Muitos deputados estranharam o pedido, interpretado como interferência do imperador em assunto de exclusiva competência da Assembléia.

Dois questões, principalmente, puseram em campos opostos, de um lado, o imperador e os conservadores; e de outro, os liberais, que dominavam a Assembléia:

imperador em relação à Assembléia;

• a questão da cidadania dos portugueses, que despertava o sentimento nativista de muitos deputados.

Em relação à primeira questão, os liberais achavam que o imperador deveria acatar previamente a Constituição a ser aprovada. Aqui se vê que estão presentes duas idéias: primeiro, a de que a convocação da Assembléia pelo imperador já implicaria sua aceitação às decisões da Constituinte; e segundo, a influência dos revolucionários do Porto que, como vimos em capítulo anterior, fizeram a mesma exigência a D. João VI, ou seja: jurar previamente à Constituição a ser elaborada pelas Cortes de Lisboa.

Os liberais garantiam que tal posição não enfraquecia o imperador, já que defendiam um Executivo forte. Apenas queriam que sua autoridade se enquadrasse em princípios legais aprovados pela Constituinte.

Já os conservadores defendiam que o imperador deveria estar acima de tudo e de todos; cabia-lhe portanto a última palavra sobre a futura Constituição.

A questão dos *portugueses residentes no Brasil* atingiu contornos explosivos, como mostram alguns fatos.

Os Andradas, por exemplo, apoiaram o projeto de um pernambucano que queria expulsar do país todo português que não aderisse claramente à causa da Independência. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada explicou-se assim: "Senhor Presidente, falemos claro. É quase impossível, em regra, que um português possa amar de coração uma ordem de coisas que implica a ruína de sua pátria e nodoa a sua dignidade. Por mim o digo, se eu fosse português detestaria a separação e a Independência do Brasil".

Claro que D. Pedro, nascido em Portugal, não apreciou tais palavras.

Outro grave acontecimento teve origem quando os jornais liberais *Tamoio* e *Sentinela* publicaram artigos exaltados contra oficiais portugueses. Estes espancaram erroneamente aquele que supunham ser o autor dos artigos. Outros portugueses influentes exigiram providências do imperador.

No dia 11 de novembro de 1823, D. Pedro enviou mensagem à Assembléia, exigindo satisfações à tropa e aos oficiais portugueses. A Assembléia declarou-se em sessão permanente, na

Com a abdicação de D. Pedro I, o Brasil foi lançado em um dos períodos mais conturbados* de sua vida política.

Por um lado, o herdeiro de D. Pedro I era por demais jovem (5anos) e impedido de assumir o trono brasileiro pela Constituição em vigor. Por outro lado, era muito difícil forjar o consenso necessário para governar o país com as recentes divisões da elite.

Várias eram as correntes políticas deste período. Podemos identificar suas principais características nas palavras do historiador Cláudio Vicentino: a fragmentação do grupo dominante "deu origem a três grupos políticos com propostas diferentes quanto à forma de governar o Brasil durante a fase regencial.

Restaurador ou caramuru, defendia a volta de D. Pedro I ao governo do Brasil, este grupo era formado por comerciantes portugueses (...)

Liberal moderado: aglutinava* a aristocracia brasileira, que buscava manter a ordem existente especialmente a monarquia e a escravidão, fonte de seus privilégios (...)

Liberal exaltado: formado por proprietários e membros das classes médias urbanas e do exército, defendia a autonomia das províncias, o que implicava a descentralização do poder imperial. Seus membros mais radicais eram favoráveis ao fim da monarquia e à proclamação da República (...). Suas propostas de mudança dirigidas aos populares tinham a simpatia das classes mais pobres e, por isso, o grupo foi apelidado de "farroupilha".

A Constituição de 1824 previa a necessidade da substituição do imperador por uma Regência Trina (composta por três elementos) eleita pela Assembléia Geral. Como o imperador abdicou em um momento em que o Congresso estava em recesso, foi escolhido um grupo provisório para compor a regência, enquanto não fosse possível comunicar a todos os deputados ausentes. No breve período (três meses) em que a regência provisória governou o Brasil, medidas políticas importantes foram tomadas. A primeira envolvia diretamente os presos políticos, a anistia* fez retornarem muitos políticos exilados à vida pública. Outra medida, igualmente de impacto, foi a readmissão do ministério deposto por D. Pedro I.

AS REGÊNCIAS

Após o breve período da regência provisória, o Brasil foi governado por regências de caráter permanente. Podemos identificar os períodos: 1ª regência trina permanente, 1ª regência una, 2ª regência una.

Em junho de 1831, assumiu o governo do Brasil a regência trina permanente, cujo mandato foi fixado em 4 anos. Nesta estavam representantes das Forças Armadas, das províncias do Norte e das províncias do Sul.

Foi nomeado para o Ministério da Justiça, o Pe. Diogo Antônio Feijó, cuja principal função era manter a ordem interna no Brasil. Para tanto, fundou a Guarda Nacional, uma milícia composta pelos "homens bons", ou melhor dizendo, "homens abastados". A mais alta patente da Guarda era a de "coronel", que era dada apenas aos homens ricos do interior que pudessem exercer múltiplas funções: reprimir as manifestações populares, armar sua milícia, representar os interesses do governo e, sobretudo, servir como elo de ligação entre as regiões mais interioranas ou distantes com o governo central.

Dai surgiu uma longa cadeia de relações entre os "coronéis" até chegar ao governo regencial.

As disputas políticas dentro da regência e entre os ministros fizeram com que o Brasil fosse lançado em um turbilhão de conflitos. Em 1832, Pe. Feijó tentou dar um golpe e fracassou. Em 1834, foi decretado um Ato institucional que determinava, dentre outras coisas, a substituição da regência trina pela una que seria eleita pelo voto direto das províncias e com um mandato de quatro anos, a criação das assembleias legislativas provinciais para tentar ampliar a capacidade de decisão das regiões e a criação do município neutro do Rio de Janeiro como sede do governo regencial.

Tais medidas visavam, fundamentalmente, melhorar a governabilidade do Brasil, descentralizando funções e centralizando os poderes, numa tentativa de manter a unidade territorial brasileira.

Os liberais que agitaram a política brasileira, desde o tempo de D. Pedro I, conseguiram no período regencial uma série de vitórias. Estas foram estimuladas pelas circunstâncias favoráveis: o descontentamento da população frente à crise econômica, o prejuízo aos interesses regionais, as disputas entre os regentes e as manifestações de oposição ao regime cada vez mais frequentes.

ECONOMIA DO SEGUNDO IMPÉRIO

O Segundo Reinado em nada altera, pelo menos de início, a forma como se organizava a economia nacional. A situação do país continua a mesma, isto é, dedicado à produção de alimentos e de matérias-primas a serem vendidas no exterior, mantendo-se assim nossas importações.

A novidade que começa a se firmar na década de 1840 é uma nova cultura, a do café. Depois do declínio do cultivo do açúcar, face à concorrência de Cuba, e de plantação de algodão, em virtude da competição com as lavouras norte-americanas, finalmente o país encontrava um novo produto que pudesse ser plantado e vendido com sucesso.

Na verdade, a lavoura de café encontrou uma situação bem favorável no seu desenvolvimento em terras brasileiras. Exigia um tipo de solo e um clima facilmente encontrável nas regiões mais altas das províncias do Rio de Janeiro e, depois, em São Paulo. Mais ainda, as plantações de café utilizam-se de alguns materiais e procedimentos das lavouras de algodão e açúcar: os latifúndios e os escravos. Em havendo ambos disponíveis, a plantação do novo produto poderia começar rapidamente.

Fatores ambientais, bem como a disponibilidade do maior porto do país nas proximidades, levaram o café a ser plantado nas terras do Rio de Janeiro.

Porém, à medida que a fertilidade das terras ia diminuindo e a produtividade caindo, os agricultores iam se deslocando para as terras mais para o Sul, onde as condições pareciam ser ainda melhores o cultivo do café.

Porém, o problema principal nesta lavoura itinerante dos latifundiários do café era o transporte. Inicialmente, as sacas eram levadas em carroças. Mas novas regiões eram abertas ao cultivo sem que os proprietários das terras, ou os poderes públicos, se dispusessem a abrir estradas. Desta forma, o café precisava a ser levado no lombo dos animais. O problema era que, assim, o café ficava sujeito à ação do tempo, como a chuva e o sol, estragando o produto. Além disso, este tipo de transporte era muito caro.

A solução surgiu por volta da década de 1870 quando os ingleses resolveram financiar a construção da estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Agora os fazendeiros tinham apenas de levar o café

A POLÍTICA DO II IMPÉRIO

Com o fim do período regencial, tem início uma das fases mais tranquilas da História do Brasil, politicamente falando. Os políticos se reuniram em dois grandes grupos, que podem ser chamados de partidos: o Liberal e o Conservador.

A julgar por seus "rótulos", podemos ficar com a impressão de que havia grandes diferenças entre eles. Nada mais longe da verdade. Tratavam-se de representantes das mesmas camadas sociais (latifundiários, eslavistas, comerciantes, burocratas do Estado etc.) com ligeiras diferenças ideológicas. Sua atuação, uma vez no poder, era idêntica: sempre em defesa dos "valores da sociedade brasileira, isto é, dos seus valores: escravismo, latifúndio, compadrio etc.

A atuação do imperador, através do uso do poder moderador, contribuía para reforçar as semelhanças entre os dois partidos. Cada vez que o gabinete em exercício chegava a um impasse com a Câmara, o imperador dissolvia o gabinete e o substituíria, ou convocava novas eleições e nomeava uma Câmara diferente. Como resultado, o II Império teve mais de um gabinete por ano, tendo uma média de sete meses para cada ministério.

O acesso ao exercício do poder era restrito a uma elite numericamente insignificante. Para começar, basta lembrar as restrições ao direito de voto, somadas às fraudes e violências comuns nas eleições. Também é importante ter em conta que o cargo de presidente das províncias era de nomeação do próprio imperador, que o utilizava para garantir o equilíbrio de forças entre os dois partidos. Assim, geralmente à nomeação de um presidente liberal seguia-se a de um conservador, e assim por diante. Como resultado, os presidentes das províncias ficavam muito pouco tempo em seus cargos, apenas o necessário para garantir a vitória do seu partido nas eleições. De fato, a média de permanência dos presidentes no cargo era de seis meses.

Como resultado, não só a totalidade da produção comum ficou afastada do poder, mas também parcelas consideráveis das próprias elites econômicas foram barradas. O resultado desta situação foi uma série de revoltas iniciadas por estas elites marginalizadas e que, para conseguirem alcançar seus objetivos, tiveram de contar com a participação popular.